



Sales, presidente da Acende Brasil: "Não existe liderança, credibilidade e capacidade de gestão para liderar esse processo com sucesso; não há um norte claro"

Ambiente político do país trava novo acordo para o setor elétrico

Cenário

Rodrigo Polito
Do Rio

São crescentes os comentários no mercado de que a melhor saída para solucionar os problemas de proporções bilionárias gerados pela Medida Provisória (MP) 579, de setembro de 2012, e seus desdobramentos, passa pela consolidação de um novo acordo geral do setor elétrico. Tal iniciativa já foi utilizada algumas vezes no passado, sendo a última delas em 2002, quando praticamente todas as geradoras e distribuidoras do país assinaram cerca de mil documentos, normalizando as relações comerciais entre os agentes, amparadas pela então MP 14, de dezembro de 2001.

Essa fórmula parece a ideal para solucionar os problemas

atuais: distribuidoras amargam dificuldade de caixa e de financiamento pela exposição involuntária ao mercado de curto prazo; transmissoras aguardam há três anos o pagamento das indenizações pela renovação antecipada das concessões; geradoras hidrelétricas se deparam com pesados prejuízos pelo déficit de geração hídrica; e o Tesouro Nacional, que poderia amortecer os impactos financeiros do setor, está sem recursos.

Esse tipo de acordo, em geral, é coordenado pelo governo, com a participação da maioria dos agentes, fundamentado por uma base legal, criada por meio de uma MP ou outra ferramenta do tipo. Na prática, cada segmento cede um pouco e aceita um prejuízo relativamente pequeno, em prol de uma solução maior que dê sustentabilidade ao mercado.

Apesar da necessidade de um novo acordo geral, dessa vez há um grande obstáculo: não há ambiente político que permita criar a base legal para o acordo. O diagnóstico foi feito por especialistas, em encontro organizado este mês pelo Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, que reuniu nomes de peso, como José Luiz Alquéres, ex-presidente da Eletrobras, Luiz Augusto Barroso, diretor da consultoria PSR, e Roberto D'Araújo, consultor da ONG Ilumina.

"O ambiente político impede a solução dos problemas de energia", disse Alquéres. A opinião foi compartilhada por Barroso, para quem o modelo regulatório é bom, mas foi mal implementado e perdeu a capacidade de resolver os problemas do setor.

Renato Queiroz, integrante do GEE/UFRJ, admite que o momen-

to político é ruim para a formação de acordos que exigem muitos atores, mas defende que discussões nesse sentido sejam iniciadas, mesmo antes do fim das crises econômica e política.

Para Jolisa Dutra, ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e atualmente na FGV, porém, não existe uma proposta concreta sob a mesa, para que se costure um acordo.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, concorda com essa visão. "Não existe liderança, credibilidade e capacidade de gestão para liderar esse processo com sucesso. Não há um norte claro".

Para Elena Landau, ex-diretora do BNDES e sócia do escritório Sergio Bermudes, a crise se deve à MP 579. Ela também defende um acordo. "Todo mundo perde um pouco, mas acha-se uma solução".

São crescentes os comentários no mercado de que a melhor saída para solucionar os problemas de proporções bilionárias gerados pela Medida Provisória (MP) 579, de setembro de 2012, e seus desdobramentos, passa pela consolidação de um novo acordo geral do setor elétrico. Tal iniciativa já foi utilizada algumas vezes no passado, sendo a última delas em 2002, quando praticamente todas as geradoras e distribuidoras do país assinaram cerca de mil documentos, normalizando as relações comerciais entre os agentes, amparadas pela então MP 14, de dezembro de 2001.

Essa fórmula parece a ideal para solucionar os problemas atuais: distribuidoras amargam dificuldade de caixa e de financiamento pela exposição involuntária ao mercado de curto prazo; transmissoras aguardam há três anos o pagamento das indenizações pela renovação antecipada das concessões; geradoras hidrelétricas se deparam com pesados prejuízos pelo déficit de geração hídrica; e o Tesouro Nacional, que poderia amortecer os impactos financeiros do setor, está sem recursos.

Esse tipo de acordo, em geral, é coordenado pelo governo, com a participação da maioria dos agentes, fundamentado por uma base legal, criada por meio de uma MP ou outra ferramenta do tipo. Na prática, cada segmento cede um pouco e aceita um prejuízo relativamente pequeno, em prol de uma solução maior que dê sustentabilidade ao mercado.

Apesar da necessidade de um novo acordo geral, dessa vez há um grande obstáculo: não há ambiente político que permita criar a base legal para o acordo. O diagnóstico foi feito por especialistas, em encontro organizado este mês pelo Grupo de Economia da Energia (GEE) da UFRJ, que reuniu nomes de peso, como José Luiz Alquéres, ex-presidente da Eletrobras, Luiz Augusto Barroso, diretor da consultoria PSR, e Roberto D'Araujo, consultor da ONG Ilumina.

"O ambiente político impede a solução dos problemas de energia", disse Alquéres. A opinião foi compartilhada por Barroso, para quem o modelo regulatório é bom, mas foi mal implementado e perdeu a capacidade de resolver os problemas do setor.

Renato Queiroz, integrante do GEE/UFRJ, admite que o momento político é ruim para a formação de acordos que exigem muitos atores, mas defende que discussões nesse sentido sejam iniciadas, mesmo antes do fim das crises econômica e política.

Para Joísa Dutra, ex-diretora da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) e atualmente na FGV, porém, não existe uma proposta concreta sob a mesa, para que se costure um acordo.

O presidente do Instituto Acende Brasil, Claudio Sales, concorda com essa visão. "Não existe liderança, credibilidade e capacidade de gestão para liderar esse processo com sucesso. Não há um norte claro".

Para Elena Landau, ex-diretora do BNDES e sócia do escritório Sergio Bermudes, a crise se deve à MP 579. Ela também defende um acordo. "Todo mundo perde um pouco, mas acha-se uma solução".